



Jesus e a moderna economia: notas sobre o conceito de externalidade

Jesus and the modern economy:
notes on the concept of externality

Paulo Tiago Cardoso Campos^{1*}

“Os fariseus ouviram dizer que Jesus tinha feito calar os saduceus.

Então se reuniram, e um deles, um doutor da Lei, perguntou-lhe, para experimentá-lo: ‘Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?’ Ele respondeu: ‘*Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento!*’

Esse é o maior e o primeiro mandamento.

Ora, o segundo lhe é semelhante: ‘*Amarás o teu próximo como a ti mesmo.*’

Toda a Lei e os Profetas dependem desses dois mandamentos”

(Mateus 22,34-40, grifo no original).

Recebido: 06/06/2013

Aprovado: 22/08/2013

O objetivo fundamental deste texto é apresentar algumas ideias para destacar o conteúdo econômico contido na mensagem de Jesus, como exemplificado nos dois mandamentos acima – especificamente no segundo –, que estão no centro do Cristianismo. Especialmente, procura-se focar, sobre tal conteúdo, o conceito econômico de externalidade, algo que é central na moderna economia. Assim, o presente estudo reveste-se da modesta ambição de apenas chamar a atenção para o tema, visando a futuras discussões que aprofundem análises econômicas da mensagem de Jesus, especialmente se considerando que no mundo contemporâneo existem diversas questões envolvendo externalidades, como, por primeiro exemplo, inovações tecnológicas e, um segundo, diversas formas de poluição e ruído. Como veremos, o primeiro exemplo citado expressa uma externalidade positiva, enquanto o segundo, uma externalidade

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: paulotccampos@gmail.com.

negativa. Como as externalidades estão no coração da moderna economia, entende-se essencial a compreensão desse conceito econômico para expandir a própria compreensão da mensagem cristã, na forma assinalada acima.

Define-se externalidade como a interferência do comportamento de uma pessoa sobre o bem-estar de outra(s) pessoa(s), sem que a pessoa que interfere assuma custos ou se aproprie de benefícios para a produção dessa interferência. Quando esta última é adversa, dizemos que se trata de uma externalidade negativa (como a poluição e o ruído urbano); quando é benéfica, dizemos que é uma externalidade positiva (no exemplo, a inovação tecnológica) (Mankiw, 2007). Rosen (1995) refere-se a externalidades como *efeitos externos*, e para a compreensão de como o conceito de externalidade se desenvolveu na teoria econômica contemporânea, sugere-se Backhouse (2007).

O conceito de externalidade situa-se no campo teórico das falhas de mercado. Uma vez que se considera que as trocas de mercado alocam eficientemente os recursos econômicos, via mecanismo de preços, tem-se que frequentemente resultados eficientes não são necessariamente justos, isto é, não resultam em uma distribuição de renda considerada aceitável sob o ponto de vista equitativo. Além disso, mesmo no âmbito da eficiência, os mercados não proveem a sociedade com bens públicos (outra modalidade das falhas aludidas), os quais são valorizados e necessários à vida social, mas que os mercados não geram de forma autônoma. É necessária a intervenção do setor público (governo) para sua provisão. A informação assimétrica constitui uma terceira categoria de falhas de mercado, e pode ser exemplificada com o mercado de medicamentos: as pessoas não possuem informação suficiente para escolher consumir um medicamento ou outro, o que no Brasil foi remediado com a Lei dos Genéricos.

Assim, as falhas de mercado, de modo geral, e as externalidades, de forma específica, necessitam da intervenção dos governos para que sejam combatidas as externalidades negativas e estimuladas as positivas. Dentre estas últimas podemos citar como exemplos os efeitos da educação e da pesquisa científica, além da citada inovação tecnológica, uma vez que uma sociedade com mais educação tende a ser mais sensível com os mais fracos e mais seguidora de regras (os atos de corrupção e crimes são cada vez mais condenados e rejeitados em sociedades educadas), as escolhas públicas via eleições tendem a ser mais rigorosas em sociedades educadas, e assim por diante. Esses aspectos são externalidades positivas na medida em que os benefícios da educação ultrapassam aqueles apropriados pela pessoa que a recebeu. Esses benefícios, auferidos pela própria pessoa, são representados pelo maior rendimento (salários, lucros) que comprovadamente pessoas com mais educação recebem. [Este e os próximos parágrafos baseiam-se em Mankiw (2007) e em Gonçalves & Guimarães (2008).]

Quanto à pesquisa científica, temos que depois de uma importante pesquisa básica ou aplicada ter sido concluída, o conhecimento resultante passa a fazer parte dos conhecimentos de que desfruta a sociedade, integrando partes de livros que são envolvidos nas escolas e universidades, e também se achando disponível para acesso pelo público. Assim, seus efeitos se

propagam para toda a sociedade. Como exemplos, podem-se citar pesquisas da área agrônômica ou de saúde pública, como as que resultam em descobertas de vacinas que curam ou previnem doenças. Da mesma forma, a inovação tecnológica implementada por uma empresa (como um robô ou um sistema de produção mais eficiente) promove transbordamento tecnológico e difusão de conhecimentos, proporcionando que outras empresas tirem proveito disso e também implementem inovações. No seu conjunto, estas últimas acabam beneficiando toda a sociedade, em face de seus efeitos do ponto de vista do conhecimento adicional que geram – e de sua difusão – e do seu efeito em termos produtivos (redução de custos e preços dos bens consumidos pela sociedade etc.). Assim é que tais benefícios estimulam os governos a estimularem e subsidiarem fortemente a educação, a pesquisa e a inovação, pois trazem externalidades positivas.

O ponto a destacar neste momento é que as externalidades positivas são produzidas num nível abaixo do socialmente ótimo, pois, como explicitado acima, frequentemente precisam de estímulos governamentais (via subsídios ou gastos públicos), enquanto as externalidades negativas o são num nível acima do socialmente ótimo. O poluidor, por exemplo, não tem incentivo para não poluir, pois, da mesma forma como um produtor de bens baseados em alumínio gera lucro para si mesmo, também gera custos sociais (redução de bem-estar social) na forma de poluição. Portanto, enquanto as externalidades positivas precisam de estímulos, as negativas precisam ser reduzidas via tributação ou tornando a atividade ilegal, ou outra forma, como os créditos de carbono – no caso da poluição.

Bem, e o que isso significa, para os fins da presente nota? Um ponto central ainda não destacado é que a otimização do bem-estar social, no que diz respeito às externalidades, diz respeito a um ajuste a que se chama *internalização*: no caso de um poluidor, é o caso de taxá-lo com um imposto sobre a poluição que produz, incorporando em seus custos privados o custo social que gera ao poluir, e com isso reduzindo a quantidade produzida de poluição.² Esta última se retrai para um nível próximo do socialmente ótimo, quando da taxação, uma vez que, na ausência de taxação, se esperaria que continuaria poluindo, *ceteris paribus*. Assim, o bem-estar social aumentaria reduzindo a externalidade negativa.

No caso da externalidade positiva, ocorre o oposto: esta precisa de estímulos, muitas vezes vindos do governo. Com subsídios à educação, à pesquisa científica e à inovação tecnológica, o que o governo faz é o oposto da taxação tratada no parágrafo anterior. Ele estimula a produção de externalidades positivas, pois elas aumentam o bem-estar social.

Ao afirmar que se deve amar o próximo como a si mesmo, Jesus está chamando a atenção para um aspecto importante: “[...] o conselho era considerar os custos e benefícios de suas [nossas] ações nos outros, como se estes incidissem sobre si mesmos” (Gonçalves & Guima-

.....
² Conforme o Teorema de Coase, a resolução de externalidades negativas poderia ser feita privadamente, sem a intervenção do governo. Esse aspecto não nos ocupa agora, pois o objetivo aqui não é aprofundar o conceito de externalidades, e sim o de relacioná-lo com a mensagem de Jesus. Para aprofundar a respeito das ideias de Coase, sugere-se a leitura de Mankiw (2007) e de Rosen (1995).

rães, 2008, p. 12). No jargão econômico, o mandamento referido poderia ser expresso como: “atribua às externalidades de seus atos o mesmo valor que você atribui aos efeitos de suas ações sobre si mesmo” (Gonçalves & Guimarães, 2008, p. 12).

Ora, o que Jesus está fazendo? Ele está a um só tempo alertando para a internalização autônoma dos custos, isto é, sem que seja necessário o governo intervir e forçar essa internalização, como visto acima, devem ser evitadas as externalidades negativas. Pois uma vez que a pessoa delibera não gerar externalidades negativas, baseado no referido mandamento, ela está calculando o seu custo privado como parte do custo social que geraria se agisse ao produzi-las (conforme última citação do parágrafo anterior). Há também um estímulo – na mensagem de Jesus – para que se produzam externalidades positivas, na medida em que os benefícios destas podem ser estendidos ao conjunto maior da sociedade, incluindo como beneficiada a própria pessoa que a produziu. Considerando o que afirmam os autores citados no parágrafo anterior, parece ser nessa linha a interpretação da mensagem de Jesus quanto ao segundo mandamento inicialmente colocado na presente nota.

Concluindo, o conceito econômico de externalidade, na forma tratada na presente nota, encontra respaldo na mensagem de Jesus. Como vimos, o segundo maior mandamento (amar ao próximo como a si mesmo) tem um conteúdo econômico importante, pois remete aos efeitos das nossas ações sobre os outros e o mundo, as quais vêm ao encontro do conceito econômico de externalidade. De alguma maneira tudo isso também se relaciona com o aspecto ético, de conduta, pois as leis e normas sociais combativas das externalidades negativas em certa medida procuram suprir carências éticas dos seres humanos que não observam autonomamente preceitos básicos de convivência. Enquanto não houver maturidade ética para levar em conta os efeitos das ações humanas sobre o bem-estar dos outros, é preciso fixar regras e combater os comportamentos condenáveis por meio de códigos de conduta, leis e normas. Por isso, a presente nota procura chamar a atenção para o fato de que o mundo contemporâneo poderia conter menos problemas de externalidades negativas (e contar com mais externalidades positivas), se as pessoas fizessem escolhas mais alinhadas ao respeito com os outros, com o meio ambiente e, de forma geral, com o mundo que as cerca. Como vimos, Jesus contribuiu e contribui muito para essas importantes escolhas.

Referências bibliográficas

- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. 34. ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.
- BACKHOUSE, R. E. *História da economia mundial*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- GONÇALVES, C. E. S.; GUIMARÃES, B. *Economia sem truques*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- MANKIW, N. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- ROSEN, H. S. *Public Finance*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, 1995.